



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Córculo de Sergipe

17/09/2013

PROJETO

## Funcionários do TCE/SE pedem apoio aos deputados

**Anderson Araujo**

Inconformados com o Projeto de Lei que foi encaminhado pelo Tribunal de Contas de Sergipe (TCE/SE) à Assembleia Legislativa (AL), contemplando apenas os cargos de analistas I e II e excluindo os agentes administrativos, motoristas e agentes de portaria I e II, os servidores do órgão ocuparam, na tarde de ontem, as galerias da Casa para pedir aos deputados que não aprovem o projeto.

Motorista do TCE/SE e um dos líderes do movimento,

Manoel Messias, disse que desde a gestão do ex-presidente Reinaldo Moura à frente do órgão, que os Projetos de Lei são encaminhados para a AL excluindo as funções de agentes administrativos, de portaria e motoristas.

“A ex-presidente também encaminhou um projeto nos excluindo e agora o atual presidente do TCE/SE, Carlos Alberto Sobral, também age da mesma forma”, lamentou Manoel Messias, acrescentando que por isso, os servidores decidiram ocupar as galerias da AL para pedir aos deputados estaduais que não apro-

vem o projeto.

Manoel Messias disse que pelo menos dois deputados, prometeram analisar o projeto para depois tentar conversar com o presidente do TCE para encontrar uma solução para o problema. “Gostaríamos que todos os cargos excluídos fossem contemplados e não apenas os de analistas”, enfatizou.

Ainda de acordo com o motorista, um outro projeto do órgão, o de Reclassificação Salarial, provocou uma perda salarial de 85% para os funcionários. “Estamos aqui para fazermos as nossas reivindica-

ções, que são justas, já que esta medida que extingue os cargos é inconstitucional”, concluiu Manoel Messias.

### • Posição do TCE/SE

A Assessoria de Comunicação do TCE/SE informou que o presidente Carlos Alberto Sobral explicou que o órgão está apenas cumprindo o que determina o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que foi firmado com o Ministério Público Estadual (MPE) e que visa melhorar os cargos vivos. E a extinção dos cargos foi feita através de Lei, nas administrações anteriores a sua.